



DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Decreto do Presidente da República n.º 35/2004:

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bratislava em 5 de Junho de 2001 4206

Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 49/2004:

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bratislava em 5 de Junho de 2001 4206

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 169/2004:

Estabelece o regime de aposentação antecipada dos trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa, S. A., que sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações ... 4226

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Aviso n.º 126/2004:

Torna público ter o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia notificado, por nota de 27 de Maio de 2004, terem as Partes Contratantes do Acordo Euro-Mediterrânico Que Cria Uma Associação entre as Comunidades Europeias e os Seus Estados Membros, por um lado, e a República Árabe do Egipto, por outro, assinado no Luxemburgo em 25 de Junho de 2001 4227

Aviso n.º 127/2004:

Torna público ter o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia informado, por nota de 4 de Junho de 2004, ter o Reino da Bélgica depositado, em 5 de Maio de 2004, os instrumentos de ratificação do Primeiro Protocolo Relativo à Interpretação pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias da Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, aberta à assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980, e do Segundo Protocolo Que Atribui ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias Determinadas Competências em Matéria de Interpretação de Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, aberta à assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980, assinados em Bruxelas em 19 de Dezembro de 1988 4227

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**Decreto do Presidente da República n.º 35/2004
de 13 de Julho**

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bratislava em 5 de Junho de 2001, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 49/2004, em 13 de Maio de 2004.

Assinado em 22 de Junho de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Junho de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 49/2004**

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bratislava em 5 de Junho de 2001.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bratislava em 5 de Junho de 2001, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, eslovaca e inglesa, é publicado em anexo.

Aprovada em 13 de Maio de 2004.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA ESLOVACA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

A República Portuguesa e a República Eslovaca, desejando concluir uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, acordaram no seguinte:

Artigo 1.º**Pessoas visadas**

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º**Impostos visados**

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento todos os impostos incidentes sobre o rendimento total, ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas bem como os impostos sobre as mais-valias;

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, em especial:

a) Relativamente a Portugal:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e
- iii) A derrama;

(a seguir referidos pela designação «imposto português»);

b) Relativamente à República Eslovaca:

- i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares;
- ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;

(a seguir referidos pela designação «imposto eslovaco»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3.º**Definições gerais**

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

- a) O termo «Portugal» significa o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativos à prospecção, pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;
- b) O termo «Eslováquia» significa a República Eslovaca;
- c) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou a Eslováquia, consoante resulte do contexto;

- d) O termo «pessoa» significa uma pessoa singular, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;
- e) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
- f) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
- g) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte por navio, aeronave ou veículo rodoviário explorado por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio, aeronave ou veículo rodoviário for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
- h) A expressão «autoridade competente» significa:
 - i) No caso de Portugal, o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou o seu representante autorizado;
 - ii) No caso da Eslováquia, o Ministro das Finanças da República Eslovaca ou o seu representante autorizado;

i) O termo «nacional» designa:

- i) Todas as pessoas singulares que tenham a nacionalidade de um Estado Contratante;
- ii) Todas as pessoas colectivas, associações ou outras entidades constituídas de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — Para aplicação da presente Convenção, em qualquer momento, por um Estado Contratante, qualquer expressão aí não definida terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objecto desta Convenção, prevalecendo qualquer significado atribuído pela legislação fiscal desse Estado sobre um significado dado à expressão por outra legislação desse Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto, devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui esse Estado e respectivas subdivisões políticas ou administrativas e autarquias locais. Todavia, esta expressão não inclui qualquer pessoa que está sujeita a imposto nesse Estado apenas relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como segue:

- a) Será considerada residente apenas do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua

disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);

- b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado, ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permaneça habitualmente;
- c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados, ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;
- d) Se for nacional de ambos os Estados, ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes de ambos os Estados resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa singular, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

- a) Um local de direcção;
- b) Uma sucursal;
- c) Um escritório;
- d) Uma fábrica;
- e) Uma oficina; e
- f) Uma mina, um poço de petróleo ou gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção de recursos naturais.

3 — Um local ou um estaleiro de construção, de instalação ou de montagem só constitui um estabelecimento estável se a sua duração exceder 12 meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

- a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;
- b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para os armazenar, expor ou entregar;
- c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa mantido unicamente para serem transformados por outra empresa;
- d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;
- e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;
- f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das acti-

vidades referidas nas alíneas a) a e), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2, quando uma pessoa — que não seja um agente independente, a quem é aplicável o n.º 6 — actue por conta de uma empresa e tenha e habitualmente exerça num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, será considerado que esta empresa tem um estabelecimento estável nesse Estado relativamente a qualquer actividade que essa pessoa exerça para a empresa, a não ser que as actividades de tal pessoa se limitem às indicadas no n.º 4, as quais, se fossem exercidas através de uma instalação fixa, não permitiriam considerar esta instalação fixa como um estabelecimento estável, de acordo com as disposições desse número.

6 — Não se considera que uma empresa tem um estabelecimento estável num Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essa pessoa actue no âmbito normal da sua actividade.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo), não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais. Os navios, aeronaves e veículos rodoviários não são considerados bens imobiliários.

3 — A disposição do n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

5 — As disposições anteriores aplicam-se igualmente aos rendimentos derivados de bens mobiliários, ou aos rendimentos auferidos de serviços prestados em conexão com o uso ou a concessão do uso de bens imobiliários, que, de acordo com o direito fiscal do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados, sejam assimilados aos rendimentos derivados de bens imobiliários.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável, é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado, quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, a disposição do n.º 2 deste artigo não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens ou de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Tráfego internacional

1 — Os lucros provenientes da exploração de navios, aeronaves ou veículos rodoviários no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado, ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 é aplicável igualmente aos lucros provenientes da participação num *pool*, numa

exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

4 — Sempre que, após a entrada em vigor desta Convenção, empresas de países diferentes acordarem num exercício comum da actividade de transporte aéreo a forma de um consórcio, o disposto no n.º 1 é apenas aplicável à parte dos lucros correspondente à participação detida nesse consórcio por uma empresa cuja direcção efectiva se situe num Estado Contratante.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

- a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou
- b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante; e

em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados em conformidade.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos lucros de uma empresa deste Estado — e tributar em conformidade — os lucros pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada nesse outro Estado, e os lucros incluídos deste modo constituírem lucros que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado se as condições acordadas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os lucros referidos, se esse outro Estado considerar o ajustamento justificado. Na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que recebe os dividendos for o seu beneficiário efectivo, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15 % do montante bruto dos dividendos.

As autoridades competentes dos Estados contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar estes limites.

Este número não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, se o beneficiário efectivo for uma sociedade que, durante um período ininterrupto de dois anos anteriormente ao pagamento dos dividendos, detenha directamente pelo menos 25 % do capital social da sociedade que paga os dividendos, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10 % do montante bruto desses dividendos.

4 — O termo «dividendos» usado neste artigo significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador ou outros direitos, com excepção dos créditos, que permitam participar nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui. No caso de Portugal, o termo «dividendos» inclui também os rendimentos derivados da associação em participação.

5 — O disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, este outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10 % do montante bruto dos juros.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a

participar nos lucros do devedor, e, nomeadamente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações, incluindo prémios atinentes a essa dívida ou títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm os juros uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — Os *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Todavia, esses *royalties* podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos *royalties* for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 10% do montante bruto dos *royalties*.

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — O termo «*royalties*», usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo os filmes cinematográficos, bem como os filmes ou gravações para transmissão pela rádio ou televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos *royalties*, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm os *royalties* uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou exercer nesse outro Estado uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente ao qual os *royalties* são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

5 — Os *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos *royalties* e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suportem o pagamento desses *royalties*, tais *royalties* são considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

6 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo, ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos *royalties* pagos, tendo em conta o uso, o direito ou as informações pelas quais são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de bens imobiliários, conforme são definidos no artigo 6.º, situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios, aeronaves ou veículos rodoviários utilizados no tráfego internacional, ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios, aeronaves, ou veículos rodoviários, só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos n.ºs 1, 2 e 3 deste artigo só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

Artigo 14.º**Profissões independentes**

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que esse residente disponha, de forma habitual, no outro Estado Contratante de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades. Se dispuser de uma tal instalação fixa, os rendimentos podem ser tributados no outro Estado Contratante, mas unicamente na medida em que sejam imputáveis a essa instalação fixa.

2 — A expressão «profissões liberais» abrange em especial as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º**Profissões dependentes**

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, os salários, ordenados e remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no Estado primeiramente mencionado se:

- a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam no total 183 dias em qualquer período de 12 meses; e
- b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou em nome de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e
- c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio, de uma aeronave ou de um veículo rodoviário explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

Artigo 16.º**Percentagens de membros de conselhos**

As percentagens, senhas de presença e remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou de um órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17.º**Artistas e desportistas**

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas, nessa qualidade, no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — Não obstante o disposto nos n.ºs 1 e 2 deste artigo, os rendimentos mencionados neste artigo serão isentos de imposto no Estado Contratante onde é exercida a actividade do profissional de espectáculos ou do desportista, se essas actividades forem financiadas principalmente através de fundos públicos desse Estado ou do outro Estado, ou se essas actividades forem exercidas ao abrigo de um acordo cultural entre os Estados Contratantes.

Artigo 18.º**Pensões**

Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior só podem ser tributadas nesse Estado.

Artigo 19.º**Remunerações públicas**

1 — a) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Estes salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante, se os serviços forem prestados neste Estado e se a pessoa singular for um residente deste Estado:

- i) Sendo seu nacional; ou
- ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — a) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais, quer directamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributadas nesse Estado.

b) Estas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações

similares e pensões pagos em consequência de serviços prestados em relação com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma das suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais.

Artigo 20.º

Estudantes

As importâncias que um estudante ou um estagiário que é ou foi imediatamente antes de se deslocar a um Estado Contratante residente do outro Estado Contratante e que permanece no Estado Contratante primeiramente mencionado com o único fim de aí prosseguir os seus estudos ou a sua formação profissional recebe para fazer face às despesas com a sua manutenção, estudos ou formação profissional não são tributadas nesse Estado, desde que provenham de fontes situadas fora dele.

Artigo 21.º

Professores e investigadores

As remunerações obtidas em consequência de ensino ou de investigação científica por uma pessoa que é, ou foi, imediatamente antes de se deslocar a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permaneça no primeiro Estado durante um período não excedente a dois anos, com o propósito de efectuar investigação científica ou de ensinar numa universidade, colégio, estabelecimento de ensino superior, instituto de investigação ou outro estabelecimento similar reconhecido pelo Governo desse outro Estado Contratante, ficam isentas de imposto no primeiro Estado desde que as referidas entidades não tenham fins lucrativos e os rendimentos provenham de fontes externas.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce no outro Estado Contratante uma actividade industrial ou comercial, por meio de um estabelecimento estável nele situado, ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente, através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade em relação ao qual o rendimento é pago, efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

Artigo 23.º

Eliminação da dupla tributação

1 — Quando um residente de um Estado Contratante obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados no outro Estado Contratante, o Estado primeiramente mencionado deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago nesse outro Estado.

A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, o rendimento obtido por um residente de um Estado Contratante for isento de imposto nesse Estado, esse Estado poderá, não obstante, ao calcular o quantitativo do imposto sobre o restante rendimento desse residente, ter em conta o rendimento isento.

Artigo 24.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquela a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplicar-se-á também às pessoas que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — Os apátridas residentes de um Estado Contratante não ficarão sujeitos num Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquela a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse Estado que se encontrem na mesma situação.

3 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil, ou encargos familiares, concedidos aos seus próprios residentes.

4 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 6 do artigo 11.º ou no n.º 6 do artigo 12.º, os juros, *royalties* ou outras importâncias pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se fossem pagos a um residente do Estado primeiramente mencionado.

5 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no Estado primeiramente mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexas diferente ou mais gravosa do que aquela a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado.

6 — O disposto neste artigo não impede a aplicação de qualquer disposição da lei fiscal dos Estados Contratantes relativa a problemas de subcapitalização.

7 — As disposições deste artigo são interpretadas no sentido de que no que respeita à dedutibilidade dos pagamentos efectuados, cada Estado Contratante pode aplicar os seus próprios procedimentos relativos ao ónus da prova.

8 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições do presente artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 25.º**Procedimento amigável**

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso está compreendido no n.º 1 do artigo 24.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na presente Convenção.

2 — Essa autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com o disposto na presente Convenção. O acordo alcançado será aplicado independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, incluindo através de uma comissão conjunta composta por elas ou por representantes seus, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 26.º**Troca de informações**

1 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos por esta Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e autoridades administrativas) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos por esta Convenção, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a estes impostos, ou da decisão de recursos referentes a estes impostos. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Essas informações poderão ser utilizadas no caso de audiências públicas de tribunais ou de decisões judiciais.

2 — O disposto no n.º 1 nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação:

- a) De tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;
- b) De fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito

da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;

- c) De transmitir informações reveladoras de segredos comerciais, empresariais, industriais ou profissionais ou processos comerciais ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27.º**Membros de missões diplomáticas e de postos consulares**

O disposto na presente Convenção não prejudicará os privilégios fiscais de que beneficiem os membros de missões diplomáticas ou de postos consulares em virtude das regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo 28.º**Entrada em vigor**

1 — A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Lisboa.

2 — A Convenção entrará em vigor após a troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis:

a) Em Portugal:

- i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;
- ii) Aos demais impostos relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da presente Convenção;

b) Na Eslováquia:

- i) Aos impostos devidos na fonte relativamente às importâncias auferidas em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;
- ii) Aos demais impostos sobre o rendimento relativamente aos impostos incidentes em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção.

Artigo 29.º**Denúncia**

A presente Convenção estará em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer Estado Contratante pode denunciar a Convenção por via diplomática, mediante um aviso prévio mínimo de seis meses antes do fim de qualquer ano civil posterior ao período de cinco anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

a) Em Portugal:

- i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou depois de 1 de

Janeiro imediatamente após a data em que o período referido no aviso de denúncia expira;

- ii) Aos demais impostos relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro imediatamente após a data em que o período referido no aviso de denúncia expira;

b) Na Eslováquia:

- i) Aos impostos devidos na fonte relativamente às importâncias auferidas em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao do aviso de denúncia;
- ii) Aos demais impostos sobre o rendimento relativamente aos impostos incidentes em qualquer ano fiscal com início em ou depois de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao do aviso de denúncia.

Em testemunho do qual, os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado, em Bratislava, aos 5 dias do mês de Junho de 2001 nas línguas portuguesa, eslovaca e inglesa. No caso de interpretação divergente, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:



Pela República Eslovaca:



ZMLUVA MEDZI PORTUGALSKOU REPUBLIKOU A SLOVENSKOU REPUBLIKOU O ZABRÁNENÍ DVOJITÉHO ZDANENIA A PREDCHÁDZANÍ DAŇOVÉMU ÚNIKU VZŤAHUJÚCA SA NA DANE Z PRÍJMOV.

PORTUGALSKÁ REPUBLIKA
A
SLOVENSKÁ REPUBLIKA,

ŽELAJÚC si uzavrieť zmluvu o zabránení dvojitého zdanenia a predchádzaní daňovému úniku vzťahujúcu sa na dane z príjmov,

DOHODLI SA takto:

Článok 1

OSOBY, NA KTORÉ SA ZMLUVA VZŤAHUJE

Táto zmluva sa vzťahuje na osoby, ktoré sú rezidentmi jedného alebo oboch zmluvných štátov.

Článok 2

DANE, NA KTORÉ SA ZMLUVA VZŤAHUJE

1. Táto zmluva sa vzťahuje na dane z príjmov ukladané v mene niektorého zmluvného štátu alebo jeho politických alebo správnych útvarov alebo miestnych orgánov bez ohľadu na spôsob ich vyberania.

2. Za dane z príjmov sa považujú všetky dane ukladané z celkových príjmov, alebo z časti príjmov, vrátane daní zo zisku zo scudzenia hnuteľného alebo nehnuteľného majetku, daní z celkovej sumy miezd alebo plátov platených podnikmi, ako aj daní z prírastku majetku.

3. Súčasné dane, na ktoré sa zmluva vzťahuje, sú najmä:

- a) v prípade Portugalska:
- (i) daň z príjmu fyzických osôb (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS);
- (ii) daň z príjmov právnických osôb (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC); a
- (iii) miestna daňová prírážka k daní z príjmov právnických osôb (Derrama; (ďalej len "portugalská daň");
- b) v prípade Slovenskej republiky:
- (i) daň z príjmov fyzických osôb;
- (ii) daň z príjmov právnických osôb, (ďalej len "slovenská daň");

4. Táto zmluva sa vzťahuje aj na všetky dane rovnakého alebo podobného druhu, ktoré sa budú ukladať po dátume podpisu tejto zmluvy popri súčasných daniach alebo namiesto nich. Príslušné úrady zmluvných štátov si vzájomne oznámia všetky podstatné zmeny, ktoré sa uskutočnili v ich príslušných daňových zákonoch.

Článok 3

VŠEOBECNÉ DEFINÍCIE

1. Na účely tejto zmluvy, ak súvislosť nevyžaduje odlišný výklad:

- a) výraz "Portugalsko" označuje územie Portugalskej republiky, ktoré sa nachádza na európskej pevnine, Azorské súostrovie a Madeiru, príslušné teritoriálne vody a akékoľvek iné pásmo, v ktorom v súlade s portugalským a medzinárodným právom Portugalská republika uplatňuje svoju súdnu právomoc alebo suverénne práva vzťahujúce sa na prieskum a využívanie prírodných zdrojov morského dna a podložia a príľahlých vôd;
- b) výraz "Slovensko" označuje Slovenskú republiku;
- c) výrazy "jeden zmluvný štát" a "druhý zmluvný štát" označujú podľa okolností Portugalsko alebo Slovensko;
- d) výraz "osoba" zahŕňa fyzickú osobu, spoločnosť a všetky iné združenia osôb;
- e) výraz "spoločnosť" označuje každú právnickú osobu alebo každého nositeľa práv považovaného na účely zdanenia za právnickú osobu;
- f) výrazy "podnik jedného zmluvného štátu" a "podnik druhého zmluvného štátu" označujú podľa okolností podnik prevádzkovaný rezidentom jedného zmluvného štátu a podnik prevádzkovaný rezidentom druhého zmluvného štátu;
- g) výraz "medzinárodná doprava" označuje každú dopravu uskutočňovanú loďou, lietadlom alebo cestným vozidlom prevádzkovanú podnikom, ktorý má sídlo skutočného vedenia v zmluvnom štáte, okrem prípadov, ak takáto loď, lietadlo alebo cestné vozidlo je prevádzkované len medzi miestami v druhom zmluvnom štáte.

h) výraz "príslušný úrad" označuje:

- (i) v prípade Portugalska, ministra financií, daňového generálneho riaditeľa (Director-Geral dos Impostos) alebo jeho splnomocneného zástupcu;
- (ii) v prípade Slovenska, ministra financií Slovenskej republiky alebo jeho splnomocneného zástupcu;

i) výraz "štátny príslušník" označuje:

- (i) každú fyzickú osobu, ktorá má štátne občianstvo niektorého zmluvného štátu;
- (ii) každú právnickú osobu, osobnú obchodnú spoločnosť (partnership), združenie alebo iného nositeľa práv, zriadené podľa platných právnych predpisov v niektorom zmluvnom štáte;

2. Pokiaľ ide o uplatnenie tejto zmluvy zmluvným štátom, každý výraz nedefinovaný v zmluve, ak si to súvislosť nevyžaduje inak, má taký význam, aký má v danom čase podľa platných právnych predpisov tohto štátu upravujúcich dane, na ktoré sa vzťahuje táto zmluva, pričom akýkoľvek význam podľa platných daňových predpisov tohto štátu prevažuje nad významom, ktorý má tento výraz podľa iných právnych predpisov tohto štátu.

Článok 4

REZIDENT

1. Na účely tejto zmluvy výraz "rezident zmluvného štátu" označuje každú osobu, ktorá podľa právnych predpisov tohto štátu má daňovú povinnosť v tomto štáte z dôvodu svojho bydliska, trvalého pobytu, miesta vedenia alebo iného podobného kritéria a taktiež zahŕňa tento štát a jeho politický alebo správny útvar alebo miestny orgán. Tento výraz však nezahŕňa osobu, ktorá má daňovú povinnosť v tomto štáte iba z dôvodu príjmov zo zdrojov v tomto štáte.

2. Ak je fyzická osoba podľa ustanovení odseku 1 rezidentom oboch zmluvných štátov, určí sa jej postavenie takto:

- táto osoba sa považuje za rezidenta len toho štátu, v ktorom má stály byt, ak má stály byt v oboch štátoch, považuje sa za rezidenta len toho štátu, ku ktorému má užšie osobné a hospodárske vzťahy (stredisko životných záujmov);
- ak nemožno určiť, v ktorom štáte má táto osoba stredisko svojich životných záujmov, alebo ak nemá stály byt v žiadnom štáte, považuje sa za rezidenta len toho štátu, v ktorom sa obvykle zdržiava;
- ak sa táto osoba obvykle zdržiava v oboch štátoch alebo sa nezdržiava v žiadnom z nich, považuje sa za rezidenta len toho štátu, ktorého je štátnym príslušníkom;
- ak je táto osoba štátnym príslušníkom oboch štátov alebo nie je štátnym príslušníkom žiadneho z nich, príslušné úrady zmluvných štátov upravia túto otázku vzájomnou dohodou.

3. Ak osoba iná ako fyzická osoba je podľa ustanovení odseku 1 rezidentom oboch zmluvných štátov, považuje sa za rezidenta len toho štátu, v ktorom je umiestnené miesto jej skutočného vedenia.

Článok 5

STÁLA PREVÁDZKAREŇ

1. Na účely tejto zmluvy výraz "stála prevádzkareň" označuje trvalé zariadenie na podnikanie, prostredníctvom ktorého podnik úplne alebo čiastočne vykonáva svoju činnosť.

2. Výraz "stála prevádzkareň" zahŕňa najmä:

- miesto vedenia;
- pobočku;
- kanceláriu;
- továreň;
- dielňu, a
- baňu, nálezisko ropy alebo plynu, lom alebo akékoľvek iné miesto ťažby prírodných zdrojov.

3. Stavisko, stavba, montáž alebo inštalčný projekt tvoria stálu prevádzkareň len vtedy, ak trvajú dlhšie ako dvanásť mesiacov.

4. Bez ohľadu na predchádzajúce ustanovenia tohto článku výraz "stála prevádzkareň" nezahŕňa:

- zariadenie, ktoré podnik využíva iba na účely uskladnenia, vystavenia alebo dodania tovaru patriaceho podniku;
- zásobu tovaru patriaceho podniku, ktorá sa udržiava iba na účely uskladnenia, vystavenia alebo dodania;
- zásobu tovaru patriaceho podniku, ktorá sa udržiava iba na účely spracovania iným podnikom;
- trvalé zariadenie na podnikanie, ktoré sa udržiava iba na účely nákupu tovaru alebo zhromažďovania informácií pre podnik;
- trvalé zariadenie na podnikanie, ktoré sa udržiava iba na účely poskytovania akýchkoľvek iných činností, ktoré majú pre podnik prípravný alebo pomocný charakter;
- trvalé zariadenie na podnikanie, ktoré sa udržiava iba na účely vykonávania akýchkoľvek kombinovaných činností uvedených v písmenách a) až e), ak celková činnosť trvalého zariadenia na podnikanie vyplývajúca z tejto kombinácie má prípravný alebo pomocný charakter.

5. Bez ohľadu na ustanovenia odsekov 1 a 2, ak osoba - iná ako nezávislý zástupca v zmysle odseku 6 - koná v zmluvnom štáte v mene podniku a má a obvykle uplatňuje právomoc uzatvárať zmluvy v mene podniku, tak tento podnik má stálu prevádzkareň v tomto štáte vo vzťahu ku všetkým činnostiam, ktoré táto osoba vykonáva pre podnik, pokiaľ činnosti tejto osoby nie sú obmedzené na činnosti uvedené v odseku 4, ktoré by nezákladali existenciu stálej prevádzkarne podľa ustanovení tohto odseku, keby sa vykonávali prostredníctvom trvalého zariadenia na podnikanie.

6. Nepredpokladá sa, že podnik má stálu prevádzkareň v niektorom zmluvnom štáte len preto, že v tomto štáte vykonáva svoju činnosť prostredníctvom makléra, generálneho komisiónára alebo iného nezávislého zástupcu, pokiaľ tieto osoby konajú v rámci svojej riadnej činnosti.

7. Samotná skutočnosť, že spoločnosť, ktorá je rezidentom jedného zmluvného štátu, ovláda spoločnosť alebo je ovládaná spoločnosťou, ktorá je rezidentom druhého zmluvného štátu, alebo ktorá vykonáva svoju činnosť v tomto druhom štáte (či už prostredníctvom stálej prevádzkarne alebo inak), neznamená, že táto spoločnosť je stálou prevádzkarňou druhej spoločnosti.

Článok 6

PRÍJMY Z NEHNUTEĽNÉHO MAJETKU

1. Príjmy, ktoré poberá rezident jedného zmluvného štátu z nehnuteľného majetku (vrátane príjmov z poľnohospodárstva alebo lešnictva) umiestneného v druhom zmluvnom štáte, môžu byť zdanené v tomto druhom štáte.

2. Výraz "nehnuteľný majetok" má taký význam, aký má podľa právnych predpisov zmluvného štátu, v ktorom je tento majetok umiestnený. V každom prípade tento výraz zahŕňa príslušnosť nehnuteľného majetku, živý a mŕtvý inventár používaný v poľnohospodárstve a

lešnictve, práva vzťahujúce sa na pozemky podľa noriem občianskeho práva, právo užívania nehnuteľného majetku a práva na premenlivé alebo pevné platby za ťažbu alebo za povolenie na ťažbu nerastných ložísk, prameňov a iných prírodných zdrojov, lode, lietadlá a cestné vozidlá sa nepovažujú za nehnuteľný majetok.

3. Ustanovenia odseku 1 sa použijú na príjmy z priameho užívania, z nájmu alebo z každého iného spôsobu užívania nehnuteľného majetku.

4. Ustanovenia odsekov 1 a 3 sa vzťahujú aj na príjmy z nehnuteľného majetku podniku a na príjmy z nehnuteľného majetku užívaného na výkon nezávislých osobných činností.

5. Predchádzajúce ustanovenia sa vzťahujú aj na príjmy z hnutelného majetku alebo na príjmy z činností spojených s užívaním alebo právom užívania nehnuteľného majetku, ktoré sú podľa daňových zákonov zmluvného štátu, v ktorom je príslušný nehnuteľný majetok umiestnený, spojené s príjmami z tohoto majetku.

Článok 7

ZISKY PODNIKU

1. Zisky podniku jedného zmluvného štátu podliehajú zdaneniu len v tomto štáte, ak podnik nevykonáva svoju činnosť v druhom zmluvnom štáte prostredníctvom stálej prevádzkarne, ktorá sa tam nachádza. Ak podnik vykonáva svoju činnosť takýmto spôsobom, môžu byť zisky podniku zdanené v tomto druhom štáte, ale iba v takom rozsahu, v akom ich možno pripočítať tejto stálej prevádzkarňe.

2. Ak podnik jedného zmluvného štátu vykonáva svoju činnosť v druhom zmluvnom štáte prostredníctvom stálej prevádzkarne, ktorá sa tam nachádza, s výhradou ustanovení odseku 3, tejto stálej prevádzkarne sa v každom zmluvnom štáte priradujú zisky, ktoré by dosiahla, keby ako samostatný podnik vykonávala rovnaké alebo obdobné činnosti v rovnakých alebo obdobných podmienkach a keby bola úplne nezávislá od podniku, ktorého je stálou prevádzkarňou.

3. Pri určovaní ziskov stálej prevádzkarne sa povoľuje odpočítať náklady podniku vynaložené na účely tejto stálej prevádzkarne, vrátane nákladov na vedenie a všeobecných správnych výdavkov takto vynaložených, či už vznikli v tom štáte, v ktorom sa táto stála prevádzkareň nachádza, alebo inde.

4. Ak je v niektorom zmluvnom štáte obvyklé stanovovať zisky, ktoré majú byť pripočítané stálej prevádzkarne na základe rozdelenia celkových ziskov podniku jeho rôznymi časťami, ustanovenie odseku 2 tohto článku nevylučuje, aby tento zmluvný štát stanovoval zisky, ktoré majú byť zdanené takýmto obvyklým rozdelením; použitý spôsob rozdelenia zisku musí byť však taký, aby bol výsledok v súlade so zásadami stanovenými v tomto článku.

5. Stálej prevádzkarne sa nepripočítavajú žiadne zisky na základe skutočnosti, že iba nakupovala tovar pre podnik.

6. Zisky, ktoré sa majú pripočítať stálej prevádzkarne, sa na účely predchádzajúcich odsekov určujú každý rok rovnakým spôsobom, ak neexistujú dostatočné dôvody na iný postup.

7. Ak zisky zahŕňajú časti príjmov osobitne uvedených v iných článkoch tejto zmluvy, ustanovenia týchto článkov nie sú dotknuté ustanoveniami tohto článku.

Článok 8

MEDZINÁRODNÁ DOPRAVA

1. Zisky z prevádzkovania lodí, lietadiel alebo cestných vozidiel v medzinárodnej doprave podliehajú zdaneniu len v tom zmluvnom štáte, v ktorom je umiestnené miesto skutočného vedenia.

2. Ak je miesto skutočného vedenia lodárskeho podniku na palube lode, bude sa považovať za umiestnené v tom zmluvnom štáte, v ktorom je umiestnený domovský prístav lode alebo, ak nemá takýto domovský prístav, v tom zmluvnom štáte, ktorého je prevádzkovateľ lode rezidentom.

3. Ustanovenia odseku 1 platia aj na zisky z účasti na poole, spoločnej prevádzke alebo medzinárodnej prevádzkovej organizácii.

4. Kedykoľvek po nadobudnutí platnosti tejto zmluvy, keď sa podniky z rôznych krajín dohodnú na vykonávaní vzdušnej dopravy spoločne vo forme konzorcia, ustanovenia odseku 1 sa budú vzťahovať na takú časť ziskov konzorcia, aká prislúcha účasti, ktorú má v tomto konzorciu podnik, ktorého miesto skutočného vedenia je umiestnené v zmluvnom štáte.

Článok 9

PREPOJENÉ PODNIKY

1. Ak

- sa podnik jedného zmluvného štátu zúčastňuje priamo alebo nepriamo na riadení, kontrole alebo na majetku podniku druhého zmluvného štátu, alebo
- sa tie isté osoby priamo alebo nepriamo zúčastňujú na riadení, kontrole alebo na majetku podniku jedného zmluvného štátu i podniku druhého zmluvného štátu,

a ak v týchto prípadoch sú oba podniky vo svojich obchodných alebo finančných vzťahoch viazané podmienkami, ktoré si dohodli alebo im boli uložené a ktoré sa líšia od podmienok, ktoré by si dohodli nezávislé podniky, môžu byť akékoľvek zisky, ktoré by jeden z nich dosiahol, ale vzhľadom na tieto podmienky ich nedosiahol, zahrnuté do ziskov tohto podniku a následne zdanené.

2. Ak jeden zmluvný štát zahrnie do ziskov podniku tohto štátu - a následne zdaní - zisky, z ktorých bol podnik druhého zmluvného štátu zdanený v tomto druhom štáte, a zisky takto

zahrnuté sú zisky, ktoré by bol dosiahol podnik skôr uvedeného štátu, ak by podmienky dohodnuté medzi týmito dvoma podnikmi boli také, aké by sa dohodli medzi nezávislými podnikmi, potom tento druhý štát vhodne upraví sumu dane uložené z týchto ziskov tam, kde tento druhý štát uzná takúto úpravu za opodstatnenú. Pri stanovení tejto úpravy sa bude postupovať s náležitým ohľadom na iné ustanovenia tejto zmluvy a príslušné úrady zmluvných štátov môžu v prípade potreby vzájomne konzultovať.

Článok 10

DIVIDENDY

1. Dividendy vyplácané spoločnosťou, ktorá je rezidentom jedného zmluvného štátu, rezidentovi druhého zmluvného štátu, sa môžu zdaňiť v tomto druhom štáte.

2. Tieto dividendy sa však môžu zdaňiť aj v tom zmluvnom štáte, ktorého spoločnosť vyplácajúca dividendy je rezidentom, a to podľa právnych predpisov tohto štátu, ak je však skutočný vlastník dividend rezidentom druhého zmluvného štátu, daň takto stanovená nepresiahne 15 percent hrubej sumy dividend.

Príslušné úrady zmluvných štátov upravujú spôsob aplikácie týchto obmedzení vzájomnou dohodou.

Tento odsek neovplyvňuje zdanenie ziskov spoločnosti, z ktorých sú dividendy vyplácané.

3. Bez ohľadu na ustanovenia odseku 2, ak skutočným vlastníkom je spoločnosť, ktorá počas neprerušovaného obdobia dvoch rokov, predchádzajúceho výplate dividend, vlastní priamo aspoň 25 percent základného imania (spoločného kapitálu - capital social) spoločnosti vyplácajúcej dividendy, daň takto stanovená nepresiahne 10 percent hrubej sumy takýchto dividend.

4. Výraz "dividendy", použitý v tomto článku označuje príjmy z akcií, "jouissance" akcií alebo práv "jouissance", ťažobných akcií, zakladateľských akcií alebo iných práv s výnimkou pohľadávok, z podielov na zisku, ako aj príjmy z iných práv spoločnosti, ktoré sa zďaňujú rovnakým spôsobom ako príjmy z akcií podľa právnych predpisov tohto štátu, ktorého je spoločnosť rozdeľujúca zisk rezidentom. V prípade Portugalska tento výraz zahŕňa aj zisky pripočítané podľa dohody o účasti na ziskoch (associação em participação).

5. Ustanovenia odsekov 1, 2 a 3 sa nepoužívajú, ak skutočný vlastník dividend, ktorý je rezidentom jedného zmluvného štátu, vykonáva v druhom zmluvnom štáte, ktorého rezidentom je spoločnosť vyplácajúca dividendy, podnikateľskú činnosť prostredníctvom stálej prevádzkárne, ktorá sa tam nachádza, alebo vykonáva v tomto druhom štáte nezávislé osobné činnosti zo stálej základne, ktorá sa tam nachádza a ak účasť, v súvislosti s ktorou sa dividendy vyplácajú, sa skutočne viaže na túto stálu prevádzkarň alebo na túto stálu základňu. V takom prípade sa podľa okolností použijú ustanovenia článku 7 alebo článku 14.

6. Ak spoločnosť, ktorá je rezidentom jedného zmluvného štátu, dosahuje zisky alebo príjmy z druhého zmluvného štátu, nemôže tento druhý štát zdaňiť dividendy vyplácané spoločnosťou, s výnimkou pripadov, ak sú tieto dividendy vyplácané rezidentovi tohto druhého štátu alebo, ak sa účasť, v súvislosti s ktorou sa dividendy vyplácajú, skutočne viaže na stálu prevádzkarň alebo na stálu základňu nachádzajúcu sa v tomto druhom štáte a ani nemôže podrobiť nerozdelené zisky spoločnosti dani z nerozdelených ziskov, aj keď vyplácané dividendy alebo nerozdelené zisky pozostávajú úplne alebo čiastočne zo ziskov alebo z príjmov dosiahnutých v tomto druhom štáte.

Článok 11

ÚROKY

1. Úroky majúce zdroj v jednom zmluvnom štáte a vyplácané rezidentovi druhého zmluvného štátu sa môžu zdaňiť v tomto druhom štáte.

2. Tieto úroky sa však môžu zdaňiť aj v tom zmluvnom štáte, v ktorom majú zdroj, a to podľa právnych predpisov tohto štátu, ak je však skutočný vlastník úrokov rezidentom druhého zmluvného štátu, daň takto stanovená nepresiahne 10 percent hrubej sumy úrokov.

Príslušné úrady zmluvných štátov upravujú spôsob aplikácie tohto obmedzenia vzájomnou dohodou.

3. Výraz "úroky" použitý v tomto článku označuje príjmy z pohľadávok akéhokoľvek druhu, zabezpečených alebo nezabezpečených zálohným právom na nehnuteľnosť, bez ohľadu na to či majú alebo nemajú právo účasti na ziskoch dlžníka a najmä príjmy z vládnych cenných papierov a príjmy z obligácií alebo z dlhopisov, vrátane prémie a výhier spojených s týmito cennými papiermi, obligáciami alebo dlhopismi. Penále za oneskorenú platbu sa nepovažuje za úroky na účely tohto článku.

4. Ustanovenia odsekov 1 a 2 sa nepoužívajú, ak skutočný vlastník úrokov, ktorý je rezidentom jedného zmluvného štátu, vykonáva v druhom zmluvnom štáte, v ktorom majú úroky zdroj, podnikateľskú činnosť prostredníctvom stálej prevádzkárne, ktorá sa tam nachádza, alebo v tomto druhom štáte vykonáva nezávislé osobné činnosti zo stálej základne, ktorá sa tam nachádza a ak pohľadávka, z ktorej sa úroky platia, sa skutočne viaže na túto stálu prevádzkarň alebo na túto stálu základňu. V takom prípade sa podľa okolností použijú ustanovenia článku 7 alebo článku 14.

5. Predpokladá sa, že úroky majú zdroj v zmluvnom štáte, ak platiteľ je rezidentom tohto štátu. Ak však osoba platiaca úroky, bez ohľadu na to či je rezidentom niektorého zmluvného štátu, má v zmluvnom štáte stálu prevádzkarň alebo stálu základňu, v súvislosti s ktorou vznikol dlh, z ktorého sú platené úroky, a tieto úroky idú na ťarchu tejto stálej prevádzkárne alebo stálej základne, potom sa predpokladá, že úroky majú zdroj v tom štáte, v ktorom sa stála prevádzkarň alebo stála základňa nachádza.

6. Ak v dôsledku osobitných vzťahov, existujúcich medzi platiteľom a skutočným vlastníkom úrokov, alebo medzi nimi a treťou osobou, suma úrokov vzťahujúca sa na pohľadávku, z ktorej sa platia, presahuje sumu, ktorú by bol dohodol platiteľ so skutočným vlastníkom, keby takéto vzťahy neexistovali, použijú sa ustanovenia tohto článku len na túto naposledy uvedenú sumu. Časť platieb presahujúca túto sumu sa v tomto prípade zdaní podľa právnych predpisov každého zmluvného štátu s prihliadnutím na ostatné ustanovenia tejto zmluvy.

Článok 12

LICENČNÉ POPLATKY

1. Licenčné poplatky majúce zdroj v jednom zmluvnom štáte a vyplácané rezidentovi druhého zmluvného štátu sa môžu zdaňiť v tomto druhom štáte.

2. Tieto licenčné poplatky sa však môžu zdaňiť aj v tom zmluvnom štáte, v ktorom majú zdroj a to podľa právnych predpisov tohto štátu, ak je však skutočný vlastník licenčných poplatkov rezidentom druhého zmluvného štátu, daň takto stanovená nepresiahne 10 percent hrubej sumy licenčných poplatkov.

Príslušné úrady zmluvných štátov upravujú spôsob aplikácie tohto obmedzenia vzájomnou dohodou.

3. Výraz "licenčné poplatky" použitý v tomto článku označuje platby akéhokoľvek druhu obdržané ako odplata za použitie alebo za právo na použitie akéhokoľvek autorského práva k literárnemu, umeleckému alebo vedeckému dielu vrátane kinematografických filmov a filmov alebo pásk na rozhlasové alebo televízne vysielanie, akéhokoľvek patentu, ochrannej známky, návrhu alebo modelu, plánu, tajného vzorca alebo výrobného postupu, alebo za použitie, alebo za právo na použitie priemyselného, obchodného alebo vedeckého vybavenia, alebo za informácie, ktoré sa vzťahujú na skúsenosti nadobudnuté v priemyselnej, obchodnej alebo vedeckej oblasti.

4. Ustanovenia odsekov 1 a 2 sa nepoužívajú, ak skutočný vlastník licenčných poplatkov, ktorý je rezidentom jedného zmluvného štátu, vykonáva v druhom zmluvnom štáte, v ktorom majú licenčné poplatky zdroj, podnikateľskú činnosť prostredníctvom stálej prevádzkárne, ktorá sa tam nachádza, alebo vykonáva v tomto druhom štáte nezávislé osobné činnosti zo stálej základne, ktorá sa tam nachádza a ak právo alebo majetok, za ktorý sa platia licenčné poplatky, sa skutočne viažu na túto stálu prevádzkarň alebo na stálu základňu. V tomto prípade sa podľa okolností použijú ustanovenia článku 7 alebo článku 14.

5. Predpokladá sa, že licenčné poplatky majú zdroj v zmluvnom štáte, ak platiteľom je tento štát sám, jeho politický alebo správny útvar, miestny orgán alebo rezident tohto štátu. Ak však osoba platiaca licenčné poplatky, bez ohľadu na to či je rezidentom niektorého zmluvného štátu, má v zmluvnom štáte stálu prevádzkarň alebo stálu základňu, v súvislosti s ktorou vznikla povinnosť platiť licenčné poplatky, ktoré idú na ťarchu tejto stálej prevádzkárne alebo stálej základne, potom sa predpokladá, že tieto licenčné poplatky majú zdroj v tom štáte, v ktorom sa stála prevádzkarň alebo stála základňa nachádza.

6. Ak v dôsledku osobitných vzťahov existujúcich medzi platiteľom a skutočným vlastníkom licenčných poplatkov alebo medzi nimi a treťou osobou, vyplácaná suma licenčných poplatkov vzťahujúca sa na použitie, na právo alebo na informácie, za ktoré sa platia, presahuje sumu, ktorú by bol dohodol platiteľ so skutočným vlastníkom, keby takéto vzťahy neexistovali, použijú sa ustanovenia tohto článku len na túto naposledy uvedenú sumu. Časť platieb presahujúca túto sumu sa v tomto prípade zdaní podľa právnych predpisov každého zmluvného štátu s prihliadnutím na ostatné ustanovenia tejto zmluvy.

Článok 13

ZISKY ZO SCUDZENIA MAJETKU

1. Zisky, ktoré plynú rezidentovi jedného zmluvného štátu zo scudzenia nehnuteľného majetku uvedeného v článku 6 a umiestneného v druhom zmluvnom štáte, sa môžu zdaňiť v tomto druhom štáte.

2. Zisky zo scudzenia hnutel'ného majetku, ktorý je časťou prevádzkového majetku stálej prevádzkárne, ktorú má podnik jedného zmluvného štátu v druhom zmluvnom štáte, alebo hnutel'ného majetku, ktorý patrí k stálej základni, ktorú má rezident jedného zmluvného štátu v druhom zmluvnom štáte na výkon nezávislých osobných činností, vrátane ziskov dosiahnutých zo scudzenia tejto stálej prevádzkárne (samej alebo spolu s celým podnikom) alebo tejto stálej základne, sa môžu zdaňiť v tomto druhom štáte.

3. Zisky zo scudzenia lodí, lietadiel alebo cestných vozidiel prevádzkovaných v medzinárodnej doprave alebo z hnutel'ného majetku, ktorý slúži na prevádzkovanie takýchto lodí, lietadiel alebo cestných vozidiel podliehajú zdaneniu len v zmluvnom štáte, v ktorom je umiestnené miesto skutočného vedenia podniku.

4. Zisky zo scudzenia iného majetku, než je uvedený v odsekoch 1, 2 a 3, podliehajú zdaneniu len v tom zmluvnom štáte, ktorého je scudziteľ rezidentom.

Článok 14

NEZÁVISLÉ OSOBNÉ ČINNOSTI

1. Príjmy, ktoré poberá rezident jedného zmluvného štátu z odborných alebo z iných činností nezávislého charakteru, podliehajú zdaneniu len v tomto štáte, ak rezident nemá obvykle k dispozícii v druhom zmluvnom štáte stálu základňu na výkon svojich činností. Ak má k dispozícii takúto stálu základňu, príjmy sa môžu zdaňiť v tomto druhom štáte, ale iba v rozsahu, v akom ich možno pripočítať tejto stálej základni.

2. Výraz "odborné činnosti" zahŕňa najmä nezávislé vedecké, literárne, umelecké, výchovné alebo vzdelávacie činnosti, ako aj nezávislé činnosti lekárov, právnikov, inžinierov, architektov, zubných lekárov a účtovných znalcov.

Článok 15

ZÁVISLÁ ČINNOSŤ

1. Platy, mzdy a iné podobné odmeny, ktoré rezident jedného zmluvného štátu poberá z dôvodu zamestnania podliehajú zdaneniu, s výnimkou ustanovení článkov 16, 18, 19, 20 a 21

len v tomto štáte, pokiaľ sa zamestnanie nevykonáva v druhom zmluvnom štáte. Ak sa tam zamestnanie vykonáva, môžu sa odmeny zaň prijaté zdaníť v tomto druhom štáte.

2. Odmeny, ktoré rezident jedného zmluvného štátu poberá z dôvodu zamestnania vykonávaného v druhom zmluvnom štáte, sa bez ohľadu na ustanovenia odseku 1 zdaňujú len v skôr uvedenom štáte, ak:

- a) sa prijemca zdržiava v druhom štáte počas jedného obdobia alebo viacerých období, ktoré nepresiahnu v úhrne 183 dní v akomkoľvek dvanásťmesačnom období, ktoré sa začína alebo končí v príslušnom kalendárnom roku, a
- b) sú odmeny vyplácané zamestnávateľom, alebo v mene zamestnávateľa, ktorý nie je rezidentom druhého štátu, a
- c) odmeny nejdú na ťarchu stálej prevádzkarne alebo stálej základne, ktorú má zamestnávateľ v druhom štáte.

3. Bez ohľadu na predchádzajúce ustanovenia tohto článku, odmeny poberané z dôvodu zamestnania vykonávaného na palube lode, lietadla, alebo cestného vozidla prevádzkovaného v medzinárodnej doprave sa môžu zdaníť v zmluvnom štáte, v ktorom je umiestnené miesto skutočného vedenia podniku.

Článok 16

TANTIÉMY

Tantiémy a iné podobné odmeny, ktoré rezident jedného zmluvného štátu poberá ako člen štatutárneho orgánu spoločnosti alebo akéhokoľvek iného podobného orgánu spoločnosti, ktorá je rezidentom druhého zmluvného štátu, sa môžu zdaníť v tomto druhom štáte.

Článok 17

UMELCI A ŠPORTOVCI

1. Príjmy, ktoré poberá rezident jedného zmluvného štátu ako na verejnosti vystupujúci umelec, a to ako divadelný, filmový, rozhlasový alebo televízny umelec alebo hudobník, alebo ako športovec z takýchto osobne vykonávaných činností v druhom zmluvnom štáte, sa môžu zdaníť bez ohľadu na ustanovenia článkov 14 a 15 v tomto druhom štáte.

2. Ak príjmy z činností osobne vykonávaných umelcom alebo športovcom neplynú tomuto umelcovi alebo športovcovi priamo jemu samému, ale inej osobe, tieto príjmy sa môžu zdaníť bez ohľadu na ustanovenia článkov 7, 14 a 15 v tomto zmluvnom štáte, v ktorom umelec alebo športovec vykonáva svoju činnosť.

3. Bez ohľadu na ustanovenia odsekov 1 a 2 tohto článku, príjmy uvedené v tomto článku sú vyňaté zo zdanenia v tom zmluvnom štáte, v ktorom umelec alebo športovec vykonáva svoju činnosť za predpokladu, že takéto činnosť je financovaná prevažne z verejných fondov tohto štátu, alebo druhého štátu alebo sa činnosť vykonáva v rámci kultúrnej dohody alebo dohovoru medzi zmluvnými štátmi.

Článok 18

DŮCHODKY

Dôchodky a iné podobné odmeny vyplácané z dôvodu predchádzajúceho zamestnania rezidentovi niektorého zmluvného štátu podliehajú zdaneniu, s výnimkou ustanovení článku 19 ods. 2, len v tomto štáte.

Článok 19

ŠTÁTNA SLUŽBA

1. a) Platy, mzdy a iné podobné odmeny, iné ako dôchodok vyplácané jedným zmluvným štátom alebo politickým alebo správnym útvaram alebo miestnym orgánom fyzickej osobe za služby poskytované tomuto štátu alebo útvaru alebo orgánu podliehajú zdaneniu len v tomto štáte.

b) Takéto platy, mzdy a iné podobné odmeny však podliehajú zdaneniu len v druhom zmluvnom štáte, ak sú služby poskytované v tomto štáte a fyzická osoba, ktorá je rezidentom tohto štátu:

- (i) je štátnym príslušníkom tohto štátu; alebo
- (ii) sa nestala rezidentom tohto štátu len z dôvodu poskytovania týchto služieb.

2. a) Akýkoľvek dôchodok vyplácaný priamo, alebo z fondov, ktoré vytvoril jeden zmluvný štát alebo jeho politický alebo správny útvár alebo miestny orgán fyzickej osobe za služby preukázané tomuto štátu alebo útvaru alebo orgánu, podlieha zdaneniu len v tomto štáte.

b) Takýto dôchodok však podlieha zdaneniu len v druhom zmluvnom štáte, ak fyzická osoba je rezidentom a štátnym príslušníkom tohto štátu.

3. Ustanovenia článkov 15, 16, 17 a 18 sa použijú na platy, mzdy a iné podobné odmeny a na dôchodky za služby poskytované v súvislosti s podnikateľskou činnosťou vykonávanou niektorým zmluvným štátom alebo jeho politickým alebo správnym útvaram alebo miestnym orgánom.

Článok 20

ŠTUDENTI

Platby, ktoré študent alebo žiak odborného učilišťa, ktorý je alebo bezprostredne pred svojim príchodom do jedného zmluvného štátu bol rezidentom druhého zmluvného štátu a ktorý

sa zdržiava v skôr uvedenom štáte len za účelom štúdia alebo výcviku, dostáva na úhradu nákladov za pobyt, štúdium alebo výcvik, sa nezdaní v tomto štáte za predpokladu, že takéto platby sú zo zdrojov mimo tohto štátu.

Článok 21

UČITELIA A VÝSKUMNÍ PRACOVNÍCI

Odmeny za výučbu alebo vedecký výskum poberané fyzickou osobou, ktorá je alebo bezprostredne pred návštevou jedného zmluvného štátu bola rezidentom druhého zmluvného štátu a ktorá je prítomná v skôr uvedenom štáte počas obdobia nepresahujúceho dva roky za účelom vedeckého výskumu alebo výučby na univerzite, vysokej škole, zariadení pre vyššie vzdelávanie, výskumnej inštitúcii alebo inom podobnom zariadení uznanom vládou tohto zmluvného štátu, budú oslobodené od zdanenia v skôr uvedenom štáte za predpokladu, že všetky takéto subjekty majú neziskové zábery a že takýto príjem je poberaný zo zahraničia.

Článok 22

INÉ PRÍJMY

1. Príjmy rezidenta jedného zmluvného štátu, bez ohľadu na ich zdroj, ktoré sa neuvádzajú v predchádzajúcich článkoch tejto zmluvy, podliehajú zdaneniu len v tomto štáte.

2. Ustanovenia odseku 1 sa nepoužijú na príjmy iné ako príjmy z nehnuteľného majetku, ktorý je definovaný v článku 6 odsek 2, ak príjemca takýchto príjmov, ktorý je rezidentom jedného zmluvného štátu, vykonáva podnikateľskú činnosť v druhom zmluvnom štáte prostredníctvom stálej prevádzkarne, ktorá sa tam nachádza, alebo vykonáva v tomto druhom štáte nezávislé osobné činnosti zo stálej základne, ktorá sa tam nachádza, a ak právo alebo majetok, za ktoré sa príjmy platia, sa skutočne spája s touto stálou prevádzkárňou alebo stálou základňou. V takom prípade sa podľa okolností použijú ustanovenia článku 7 alebo článku 14.

Článok 23

VYLÚČENIE DVOJITÉHO ZDANENIA

1. Ak rezident jedného zmluvného štátu poberá príjmy, ktoré sa v súlade s ustanoveniami tejto zmluvy môžu zdaníť v druhom zmluvnom štáte, skôr uvedený štát povolí znížiť daň z príjmov tohto rezidenta o sumu rovnajúcu sa dani z príjmov zaplatenej v tomto druhom štáte.

Takéto zníženie však v žiadnom prípade nepresiahne tú časť dane z príjmov vypočítanej pred jej znížením, ktorá pomerne pripadá, podľa okolností, na príjmy, ktoré sa môžu zdaníť v tomto druhom štáte.

2. Ak v súlade s ktorýmkoľvek ustanovením tejto zmluvy príjmy, ktoré poberá rezident jedného zmluvného štátu, sú vyňaté zo zdanenia v tomto štáte, tento štát môže napriek tomu pri vypočítaní sumy dane na zvyšné príjmy tohto rezidenta zohľadniť tieto vyňaté príjmy.

Článok 24

ZÁSADA ROVNAKÉHO ZAOBCHÁDZANIA

1. Štátni príslušníci jedného zmluvného štátu nepodliehajú v druhom zmluvnom štáte žiadnemu zdaneniu alebo povinnostiam s ním spojeným, ktoré sú iné alebo ťaživejšie ako zdanenie a s ním spojené povinnosti, ktorým podliehajú alebo môžu podliehať štátni príslušníci tohto druhého zmluvného štátu, ktorí sa nachádzajú v rovnakej situácii, najmä v súvislosti s trvalým pobytom. Bez ohľadu na ustanovenia článku 1 sa toto ustanovenie bude vzťahovať aj na osoby, ktoré nie sú rezidentmi jedného alebo oboch zmluvných štátov.

2. Osoby bez štátnej príslušnosti, ktoré sú rezidentmi niektorého zmluvného štátu, nepodliehajú ani v jednom zmluvnom štáte žiadnemu zdaneniu alebo povinnostiam s ním spojeným, ktoré sú iné alebo ťaživejšie ako zdanenie a s ním spojené povinnosti, ktorým podliehajú alebo môžu podliehať štátni príslušníci príslušného štátu, nachádzajúci sa v rovnakej situácii.

3. Zdanenie stálej prevádzkarne, ktorú má podnik jedného zmluvného štátu v druhom zmluvnom štáte, sa nestanovi v tomto druhom štáte nepriaznivejšie ako zdanenie podnikov tohto druhého štátu vykonávajúcich rovnaké činnosti. Toto ustanovenie neznamena záväzok jedného zmluvného štátu, aby priznal rezidentom druhého zmluvného štátu osobné úľavy, zľavy a zníženie dane z dôvodu osobného postavenia alebo rodinných záväzkov, ktoré priznáva svojim vlastným rezidentom.

4. Ak sa neuplatnia ustanovenia článku 9 odsek 1, článku 11 odsek 6 alebo článku 12 odsek 6, úroky, licenčné poplatky, a iné výdavky platené rezidentom druhého zmluvného štátu rezidentovi druhého zmluvného štátu, na účely ustanovenia zdaniteľných ziskov tohto podniku sú odpočítateľné za rovnakých podmienok, ako keby boli platené rezidentovi skôr uvedeného štátu.

5. Podniky jedného zmluvného štátu, ktorých majetok úplne alebo čiastočne, priamo alebo nepriamo vlastní alebo kontroluje rezident alebo rezidenti druhého zmluvného štátu, nepodliehajú v skôr uvedenom štáte žiadnemu zdaneniu ani povinnostiam s ním spojeným, ktoré sú odlišné alebo ťaživejšie ako zdanenie a s ním spojené povinnosti, ktorým podliehajú alebo môžu podliehať iné podobné podniky skôr uvedeného štátu.

6. Ustanovenia tohto článku nevylučujú použitie akéhokoľvek ustanovenia daňového zákona zmluvných štátov, ktoré sa zaoberajú problémami nízkej kapitalizácie.

7. Ustanovenia tohto článku sa budú vykladať tak, že pokiaľ ide o odpočítateľnosť vzniknutých výdavkov, každý zmluvný štát môže používať svoje vlastné postupy týkajúce sa dôkazného bremena.

8. Ustanovenia tohto článku sa budú bez ohľadu na ustanovenia článku 2 vzťahovať na dane akéhokoľvek druhu a charakteru.

Článok 25

RIEŠENIE PRÍPADOV VZÁJOMNOU DOHODOU

1. Ak sa osoba domnieva, že opatrenia jedného alebo oboch zmluvných štátov vedú alebo budú viesť v jej prípade k zdaneniu, ktoré nie je v súlade s ustanoveniami tejto zmluvy, môže nezávisle od opravných prostriedkov, ktoré poskytujú vnútroštátne právne predpisy týchto štátov predložiť svoj prípad príslušnému úradu zmluvného štátu, ktorého je rezidentom, alebo ak sa na prípad vzťahuje ustanovenie článku 24 odsek 1, príslušnému úradu zmluvnému štátu, ktorého je štátnym príslušníkom. Prípad musí byť predložený do troch rokov od prvého oznámenia o úkone smerujúcom k zdaneniu, ktoré nie je v súlade s ustanoveniami tejto zmluvy.

2. Ak príslušný úrad považuje námietku za oprávnenú a ak nie je sám schopný nájsť uspokojivé riešenie, bude sa usilovať, aby prípad vyriešil vzájomnou dohodou s príslušným úradom druhého zmluvného štátu tak, aby sa vylúčilo zdanenie, ktoré nie je v súlade s touto zmluvou. Dosiahnutá dohoda sa uplatní bez ohľadu na lehoty stanovené vnútroštátnymi právnymi predpismi zmluvných štátov.

3. Príslušné úrady zmluvných štátov sa vynasnažia vyriešiť vzájomnou dohodou akékoľvek ťažkosti alebo pochybnosti, ktoré môžu vzniknúť pri výklade alebo uplatňovaní tejto zmluvy.

4. Príslušné úrady zmluvných štátov môžu vzájomne komunikovať priamo, ako aj prostredníctvom spoločnej komisie zloženej z príslušných úradov alebo ich zástupcov s cieľom dosiahnuť dohodu v zmysle predchádzajúcich odsekov.

Článok 26

VÝMENA INFORMÁCIÍ

1. Príslušné úrady zmluvných štátov si vymieňajú informácie potrebné na uplatňovanie ustanovení tejto zmluvy alebo vnútroštátnych právnych predpisov zmluvných štátov vzťahujúcich sa na dane, ktoré sú predmetom tejto zmluvy, ak zdanenie, ktoré upravujú, nie je v rozpore s touto zmluvou. Výmena informácií nie je obmedzená článkom 1. Všetky informácie, ktoré zmluvný štát prijíma, sa uchováva v tajnosti rovnakým spôsobom ako informácie získané podľa vnútroštátnych právnych predpisov tohto štátu a poskytnú sa len osobám alebo úradom (vrátane súdov a správnych orgánov), ktoré sa zaoberajú vymieraním alebo vyberaním daní, na ktoré sa vzťahuje táto zmluva, vymáhaním alebo tretným stíhaním súvisiacim s týmito daňami alebo rozhodovaním o opravných prostriedkoch. Tieto osoby alebo úrady použijú takéto informácie len na uvedené účely. Tieto informácie môžu poskytnúť pri verejných súdnych konaniach alebo v súdnych rozhodnutiach.

2. Ustanovenia odseku 1 sa nebudú v žiadnom prípade vykladať tak, že niektorému zmluvnému štátu ukládajú povinnosť:

- vykonať správne opatrenia, ktoré by porušovali vnútroštátne právne predpisy alebo správnu prax tohto alebo druhého zmluvného štátu;
- poskytnúť informácie, ktoré by nebolo možné získať na základe právnych predpisov alebo v riadnom správnom konaní tohto alebo druhého zmluvného štátu;
- poskytnúť informácie, ktoré by odhalili akékoľvek obchodné, hospodárske, priemyselné, komerčné alebo profesijné tajomstvo alebo obchodný postup, alebo informácie, ktorých poskytnutie by bolo v rozpore s verejným poriadkom (ordre public).

Článok 27

ČLENOVIA DIPLOMATICKÝCH

MISIÍ A KONZULÁRNYCH ÚRADOV

Žiadne ustanovenia tejto zmluvy sa nedotýkajú daňových výsad, ktoré prislúchajú členom diplomatických misií a konzulárnych úradov podľa všeobecných pravidiel medzinárodného práva alebo na základe ustanovení osobitných dohôd.

Článok 28

NADOBUDNUTIE PLATNOSTI

1. Táto zmluva podlieha ratifikácii a ratifikačné listiny budú vymenené v Lisabone.

2. Táto zmluva nadobudne platnosť dňom výmeny ratifikačných listín a jej ustanovenia sa budú uplatňovať:

- v Portugalsku:
 - v prípade daní vybraných zrážkou pri zdroji, na základe skutočnosti dávajúcej vzniknúť týmto daniam, ktorá nastane 1. januára alebo neskôr v roku nasledujúcom po roku, v ktorom zmluva nadobudne platnosť;
 - v prípade ostatných daní z príjmov, na príjmy vznikajúce v daňovom roku začínajúcom sa 1. januára alebo neskôr v roku nasledujúcom po roku, v ktorom zmluva nadobudne platnosť;

b) na Slovensku:

(i) v prípade daní vybraných zrážkou pri zdroji na sumy poberané 1. januára alebo neskôr v kalendárnom roku nasledujúcom po roku, v ktorom zmluva nadobudne platnosť;

(ii) v prípade ostatných daní z príjmov, na dane ukladané za každý daňový rok začínajúci sa 1. januára alebo neskôr v kalendárnom roku nasledujúcom po roku, v ktorom zmluva nadobudne platnosť.

Článok 29

VÝPOVED'

Táto zmluva zostane v platnosti pokiaľ ju niektorý zmluvný štát nevypovie. Každý zmluvný štát môže zmluvu vypovedať diplomatickou cestou oznámením o výpovedi najmenej šesť mesiacov pred koncom každého kalendárneho roku nasledujúceho po uplynutí piatich rokov od dátumu nadobudnutia platnosti tejto zmluvy. V tomto prípade sa táto zmluva prestane uplatňovať.

a) v Portugalsku:

(i) v prípade daní vybraných zrážkou pri zdroji, na základe skutočnosti dávajúcej vzniknúť týmto daniam, ktorá nastane 1. januára alebo neskôr v roku nasledujúcom po dátume, v ktorom uplynula lehota uvedená v spomenutom oznámení;

(ii) v prípade ostatných daní z príjmov, na príjmy vznikajúce v daňovom roku začínajúcom sa 1. januára alebo neskôr v roku nasledujúcom po dátume, v ktorom uplynula lehota uvedená v spomenutom oznámení;

b) na Slovensku:

(i) v prípade daní vybraných zrážkou pri zdroji na sumy poberané 1. januára alebo neskôr v kalendárnom roku nasledujúcom po roku, v ktorom je dané oznámenie;

(ii) v prípade ostatných daní z príjmov, na dane ukladané za každý daňový rok začínajúci sa 1. januára alebo neskôr v kalendárnom roku nasledujúcom po roku, v ktorom je dané oznámenie.

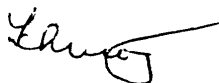
NA DŮKAZ TOHO podpísaní, na to riadne splnomocnení, podpísali túto zmluvu.

DANÉ v Brahovane dňa 5. júna 2004 v dvoch pôvodných vyhotoveniach, každé v portugalskom, slovenskom a anglickom jazyku. V prípade rozdielnosti výkladu je rozhodujúce anglické znenie.

Za Portugalsku republiku:



Za Slovenskú republiku:



CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE SLOVAK REPUBLIC FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME.

The Portuguese Republic and the Slovak Republic, desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income, have agreed as follows:

Article 1

Persons covered

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income all taxes imposed on total income, or on elements of income, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are, in particular:

a) In the case of Portugal:

- i) The personal income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — IRS);
- ii) The corporate income tax (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas — IRC); and
- iii) The local surtax on corporate income tax (derrama);

(hereinafter referred to as «portuguese tax»);

b) In the case of the Slovak Republic:

- i) The tax on income of individuals;
- ii) The tax on income of legal entities;

(hereinafter referred to as «slovak tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of this Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

- a) The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagoes of Azores and Madeira, the respective territorial sea and any other zone in which, in accordance with the laws of Portugal and international law, the Portuguese Republic has its jurisdiction or sovereign rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed and subsoil, and of the superjacent waters;
- b) The term «Slovakia» means the Slovak Republic;
- c) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or Slovakia, as the context requires;
- d) The term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;
- e) The term «company» means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;

f) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;

g) The term «international traffic» means any transport by a ship, aircraft or road vehicle operated by an enterprise which has its place of effective management in a Contracting State, except when the ship, aircraft or road vehicle is operated solely between places in the other Contracting State;

h) The term «competent authority» means:

- i) In the case of Portugal, the Minister of Finance, the General Director of Taxation (director-geral dos Impostos) or their authorised representative;
- ii) In the case of Slovakia, the Minister of Finance of the Slovak Republic or his authorised representative;

i) The term «national» means:

- i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;
- ii) Any legal person, partnership, association or other entity deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature, and also includes that State and any political or administrative subdivision or local authority thereof. This term however does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

- a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interest);
- b) If the State in which he has his centre of vital interest cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either

State, he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;

- c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;
- d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

- a) A place of management;
- b) A branch;
- c) An office;
- d) A factory;
- e) A workshop; and
- f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources.

3 — A building site, a construction, assembly or installation project constitutes a permanent establishment only if it lasts more than 12 months.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

- a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;
- c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;
- e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;
- f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs a) to e), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an

independent status to whom paragraph 6 applies — is acting on behalf of an enterprise and has, and habitually exercises, in a Contracting State an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in that State in respect of any activities which that person undertakes for the enterprise, unless the activities of such person are limited to those mentioned in paragraph 4 which, if exercised through a fixed place of business, would not make this fixed place of business a permanent establishment under the provisions of that paragraph.

6 — An enterprise shall not be deemed to have a permanent establishment in a Contracting State merely because it carries on business in that State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, aircraft and road vehicles shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

5 — The foregoing provisions shall also apply to income from movable property, or income derived from services connected with the use or the right to use the immovable property, which, under the taxation law of the Contracting State in which the immovable property in question is situated, is assimilated to income from this property.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If

the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 of this article shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in this article.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

International traffic

1 — Profits from the operation of ships, aircraft or road vehicles in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2 — If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

4 — Whenever after the entry into force of this Convention enterprises from different countries will agree to carry on an air transportation business together in the form of a consortium, the provisions of paragraph 1 shall apply to such part of the profits of the consortium as corresponds to the participation held in that con-

sortium by an enterprise the place of effective management of which is situated in a Contracting State.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

- a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State; or
- b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits where that other State considers the adjustment justified. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 15% of the gross amount of the dividends.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of these limitations.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, if the beneficial owner is a company that, for an uninterrupted period of two years prior to the payment of the dividend; owns directly at least 25% of the capital stock (capital social) of the company paying the dividends, the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of such dividends.

4 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, «jouissance» shares or «jouissance» rights, mining shares, founders' shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident. In the case of Portugal, the term also includes profits attributed under an arrangement for participation in profits (*associação em participação*).

5 — The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to a tax on the company's undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10% of the gross amount of the interest.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in the debtor's profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-

claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment or fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the royalties.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — The term «royalties», as used in this article, means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films and films or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

5 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties,

whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by that permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

6 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or of such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains from the alienation of ships, aircraft or road vehicles operated in international traffic, or movable property pertaining to the operation of such ships, aircraft or road vehicles shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

4 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2 and 3 shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State unless he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities. If he has such a fixed base, the income may be taxed in the other State but only so much of it as is attributable to that fixed base.

2 — The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve month period commencing or ending in the calendar year concerned; and
- b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State; and
- c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship, aircraft or road vehicle operated in international traffic, may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16

Directors' fees

Directors' fees and other similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or any similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and sportsmen

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsman, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsman in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsman himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer or sportsman are exercised.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2 of this article, income mentioned in this article shall be exempt from tax in the Contracting State in which the activity of the entertainer or sportsman is exercised provided that this activity is supported for the

most part out of public funds of this State or of the other State or the activity is exercised under a cultural agreement or arrangement between the Contracting States.

Article 18

Pensions

Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State in consideration of past employment shall be taxable only in that State.

Article 19

Government service

1 — *a)* Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

- i)* Is a national of that State; or
- ii)* Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — *a)* Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Students

Payments which a student or business apprentice who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned State solely for the purpose of his education or training receives for the purpose of his maintenance, education or training shall not be taxed in that State, provided that such payments arise from sources outside that State.

Article 21

Professors and researchers

Remuneration received for teaching or scientific research by an individual who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is present in the first State during a period not exceeding two years for the purpose of scientific research or for teaching at a university, college, establishment for higher education, research insti-

tute or other similar establishment accredited by the Government of that Contracting State shall be exempt from tax in the first State provided that all such entities have non-profitmaking purposes and the income is derived from abroad.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

Article 23

Elimination of double taxation

1 — Where a resident of a Contracting State derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in the other Contracting State, the first-mentioned State shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident an amount equal to the income tax paid in that other State.

Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax, as computed before the deduction is given, which is attributable, as the case may be, to the income which may be taxed in that other State.

2 — Where in accordance with any provision of the Convention income derived by a resident of a Contracting State is exempt from tax in that State, such State may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income.

Article 24

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — Stateless persons who are residents of a Contracting State shall not be subjected in either Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of the State concerned in the same circumstances are or may be subjected.

3 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the

other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

4 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 6 of article 11, or paragraph 6 of article 12, apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State.

5 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

6 — The provisions of this article do not preclude the application of any provision of the tax law of the Contracting States dealing with thin capitalisation problems.

7 — The provisions of this article shall be construed in the sense that insofar as the deductibility of the incurred disbursements is concerned, each Contracting State may apply its own procedures regarding the burden of proof.

8 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 25

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 24, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26

Exchange of information

1 — The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1 — Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

2 — In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

- a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (*ordre public*).

Article 27

Members of diplomatic missions and consular posts

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

Article 28

Entry into force

1 — This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at Lisbon.

2 — The Convention shall enter into force upon the exchange of instruments of ratification and its provisions shall have effect:

- a) In Portugal:
 - i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;

- ii) In respect of other taxes, as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January in the year next following the year in which this Convention enters into force;

b) In Slovakia:

- i) In respect of taxes withheld at source, to amounts derived on or after 1st January in the calendar year next following the year in which the Convention enters into force;
- ii) In respect of other taxes on income, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after 1st January in the calendar year next following the year in which the Convention enters into force.

Article 29

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by one of the Contracting States. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channels, by giving notice of termination at least six months before the end of any calendar year following after the period of five years from the date on which the Convention enters into force. In such event the Convention shall cease to have effect:

a) In Portugal:

- i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;
- ii) In respect of other taxes, as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January next following the date on which the period specified in the said notice of termination expires;

b) In Slovakia:

- i) In respect of taxes withheld at source, to amounts derived on or after 1st January in the calendar year next following that in which the notice is given;
- ii) In respect of other taxes on income, to taxes chargeable for any taxable year beginning on or after 1st January in the calendar year next following that in which the notice is given.

In witness whereof the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

Done in duplicate at Bratislava this 5th day of June 2001, each in the Portuguese, Slovak and English lan-

guages. In case of divergence of interpretation, the English shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Slovak Republic:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 169/2004

de 13 de Julho

Registam-se actualmente profundas alterações no sector da radiodifusão, ditadas por motivos tecnológicos e por razões de carácter organizacional, bem como da necessidade imperiosa de ajustar a actividade às novas perspectivas de desenvolvimento em que a liberalização e a concorrência são pontos de referência essenciais.

Há, por isso, com a maior urgência, que proporcionar às empresas condições para que, através do incremento dos níveis de produtividade, da optimização da afectação de recursos e da maximização da racionalização de custos, possam vencer este desafio.

A necessidade de redimensionamento do quadro de pessoal da Radiodifusão Portuguesa, S. A. (RDP), insere-se neste contexto.

Considera-se, nessa medida, oportuno recorrer, em relação aos trabalhadores da RDP subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA), à faculdade prevista no n.º 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 191-A/79, de 25 de Junho.

A viabilização das empresas não pode, porém, fazer-se à custa da sustentabilidade financeira dos regimes de pensões, motivo pelo qual se garante a completa neutralidade da medida para a CGA, já que a RDP assumirá todos os encargos decorrentes da antecipação da aposentação dos seus trabalhadores que dela venham a beneficiar.

Foi ouvida a Caixa Geral de Aposentações.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente diploma regula a aposentação, ao abrigo do disposto no artigo 37.º-A do Estatuto da Aposentação, dos trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa, S. A. (RDP), que sejam subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA).

2 — A aposentação ao abrigo do presente diploma deve ser requerida no prazo de dois anos contados da data da sua entrada em vigor e depende da prévia concordância do conselho de administração da RDP ou

da empresa que lhe suceder, fundamentada na inexistência de prejuízo para o serviço.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores é atribuída uma bonificação de 20% do tempo de serviço prestado na RDP, com descontos para a CGA, aos trabalhadores que pretendam aposentar-se, desde que, incluindo a referida bonificação, contem, pelo menos, 36 anos de serviço.

4 — O tempo de serviço relevante resultante da bonificação estabelecida no número anterior não pode, em caso algum, ser superior ao correspondente a 36 anos completos de serviço.

Artigo 2.º

Encargos da RDP

1 — A RDP entregará à CGA, de uma só vez, até ao último dia do mês em que seja publicado no *Diário da República* o valor da pensão de cada subscritor aposentado, nos termos do presente diploma, uma importância, determinada pela CGA por cálculo actuarial, correspondente aos encargos com a respectiva pensão de aposentação até à data em que o aposentado atingiria 36 anos de serviço e às correspondentes quotas do subscritor e contribuição da entidade empregadora determinadas com base na remuneração considerada no cálculo daquela, até ao limite da bonificação do tempo de serviço.

2 — Os encargos com a pensão de aposentação a suportar pela RDP nos termos do número anterior incluem a parcela da pensão atribuída ao abrigo do regime da pensão unificada da responsabilidade do Centro Nacional de Pensões.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Maio de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *Nuno Albuquerque Morais Sarmento* — *António José de Castro Bagão Félix*.

Promulgado em 2 de Julho de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Julho de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 126/2004

Por ordem superior se torna público que o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia notificou, pela nota SGS4/06256, de 27 de Maio de 2004, que as Partes Contratantes do Acordo Euro-Mediterrânico Que Cria Uma Associação entre as Comunidades Europeias e os Seus Estados Membros, por um lado, e a República Árabe do Egipto, por outro, assinado no Luxemburgo em 25 de Junho de 2001, concluíram as formalidades necessárias à entrada em vigor do Acordo.

Portugal é Parte neste Acordo, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2004 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 18/2004, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 71, de 24 de Março de 2004.

A lista actualizada das Partes Contratantes que concluíram as formalidades necessárias à entrada em vigor do Acordo é a seguinte:

Bélgica, em 11 de Dezembro de 2003;
Dinamarca, em 21 de Maio de 2003;
Alemanha, em 5 de Março de 2003;
Grécia, em 29 de Março de 2004;
Espanha, em 22 de Outubro de 2003;
França, em 29 de Abril de 2003;
Irlanda, em 27 de Janeiro de 2003;
Itália, em 9 de Março de 2004;
Luxemburgo, em 13 de Janeiro de 2004;
Países Baixos, em 30 de Outubro de 2003;
Áustria, em 22 de Março de 2004;
Portugal, em 29 de Março de 2004;
Finlândia, em 29 de Maio de 2003;
Suécia, em 25 de Junho de 2002;
Reino Unido, em 31 de Julho de 2003;
Comunidade Europeia, em 25 de Abril de 2004;
Egipto, em 23 de Setembro de 2003.

Nos termos do artigo 92.º, o Acordo está em vigor em 1 de Junho de 2004.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, 14 de Junho de 2004. — O Director do Serviço dos Assuntos Jurídicos, *Luís Inez Fernandes*.

Aviso n.º 127/2004

Por ordem superior se torna público que o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia informou, por nota de 4 de Junho de 2004, que o Reino da Bélgica depositou, em 5 de Maio de 2004, os instrumentos de ratificação do Primeiro Protocolo Relativo à Interpretação pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias da Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, aberta à assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980, e do Segundo Protocolo Que Atribui ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias Determinadas Competências em Matéria de Interpretação da Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, aberta à assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980, assinados em Bruxelas em 19 de Dezembro de 1988.

Nos termos dos artigos 6.º e 3.º, respectivamente, o Primeiro Protocolo e o Segundo Protocolo estão em vigor em 1 de Agosto de 2004 nos seguintes Estados: Áustria, Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Reino Unido, Grécia, Itália, Irlanda (só o Segundo Protocolo), Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia e Finlândia.

Portugal é Parte nestes Protocolos, aprovados, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 51/99 e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 153/99, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 152, de 2 de Julho de 1999, tendo depositado o instrumento de ratificação em 30 de Junho de 1994.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, 21 de Junho de 2004. — O Director do Serviço dos Assuntos Jurídicos, *Luís Inez Fernandes*.

AVISO

- 1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2004 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
 2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
 3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
 4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
 5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas.dr@incm.pt).

Preços para 2004

(Em euros)

PAPEL (IVA 5%)	
1.ª série	150
2.ª série	150
3.ª série	150
1.ª e 2.ª séries	280
1.ª e 3.ª séries	280
2.ª e 3.ª séries	280
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	395
Compilação dos Sumários	50
Apêndices (acórdãos)	80
DAR, 2.ª série	72

BUSCAS/MENSAGENS (IVA 19%) ¹	
E-mail 50	15,50
E-mail 250	46,50
E-mail 500	75
E-mail 1000	140
E-mail+50	26
E-mail+250	92
E-mail+500	145
E-mail+1000	260

ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 19%)	
100 acessos	23
250 acessos	52
500 acessos	92
N.º de acessos ilimitados até 31-12	550

CD-ROM 1.ª série (IVA 19%)		
	Assinante papel ²	Não assinante papel
Assinatura CD mensal ...	180	225
INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 19%)		
1.ª série	120	
2.ª série	120	
3.ª série	120	
INTERNET (IVA 19%)		
Preços por série ³	Assinante papel ²	Não assinante papel
100 acessos	96	120
250 acessos	216	270
Ilimitado	400	500

¹ Ver condições em <http://www.incм.pt/servlets/buscas>.² Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.³ 3.ª série só concursos públicos.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 2,40



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dre.pt>
 Correio electrónico: dre @ incм.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
Força Vouga
Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
Telef. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29